

Brasil: crescimento sustentado somente em 2000

Depois de seis anos de expansão da atividade econômica, país corre o risco de registrar até uma queda no PIB este ano

Cristina Alves

• A recessão está batendo de novo à porta. Depois de seis anos, o Brasil tem sérias chances de fechar o ano de 1998 com queda no Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, o país poderá produzir menos do que no ano passado. A última vez que isso aconteceu foi em 1992, numa crise que veio no rastro do bloleto de cruzados novos decretado pelo presidente Collor. Naquele ano, a queda do PIB foi de 0,54%. Para este ano, as projeções variam. A Macrométrica está trabalhando com estimativa de queda de 0,52%. O BNDES acredita que o crescimento pode chegar a 1,5%, o que praticamente empataria com o aumento da população. Na média, portanto, o PIB *per capita* (produto dividido pela população) ficaria igual a zero. O que, em outras palavras, é o mesmo que dizer que o Brasil não cresceu nada. Ficou estagnado.

Se o PIB de 98 for negativo, a situação fica ainda pior, pois será mesmo que dizer que, estatisticamente, todos os brasileiros estarão mais pobres do que em 1997.

Déficit externo impede Governo de soltar freio da economia

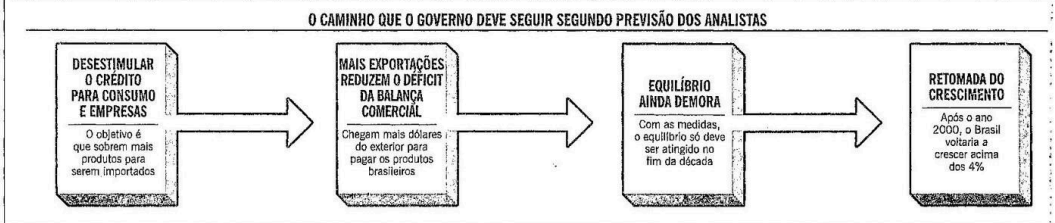
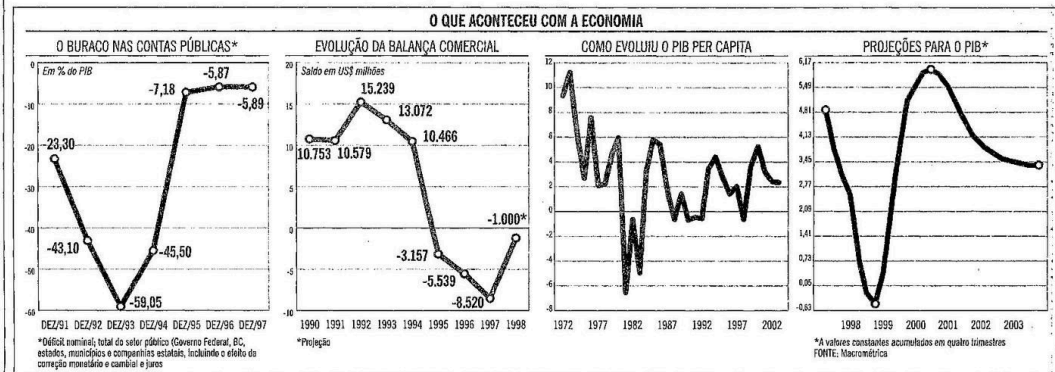
Fabio Giambiagi, economista do BNDES, não tem dúvidas: — Este ano, um dos principais objetivos do Governo é melhorar o resultado da balança comercial. No curto prazo, isso deve ser feito via contenção do nível de atividade — diz Giambiagi, acrescentando que só espera um crescimento significativo da economia brasileira — acima de 4% — depois do ano 2000, quando o saldo da balança comercial já poderá estar crescendo.

A situação da balança comercial preocupa. O superávit de US\$ 10,5 bilhões em 1994, ano do Plano Real, transformou-se num déficit de US\$ 8,5 bilhões no ano passado. A prova de que o quadro vem preocupando o Governo foi a nomeação, há duas semanas, do secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, para a Câmara de Comércio Exterior (Camex). O homem que mais entende de industrialização no Governo vai trabalhar para fazer as empresas brasileiras exportarem mais.

Desaquecimento pode se agravar ainda neste semestre

Para chegar à recomposição da balança, os analistas econômicos não têm dúvidas de que o Governo poderá continuar contendo a expansão da economia. Só assim as compras se reduzirão, sobrarão mais produtos para serem exportados, o que traria mais divisas para o Brasil. Isso porque a medida que poderia elevar as exportações mais rapidamente e sem necessidade de aperto no crédito seria a desvalorização do real frente ao dólar, uma receita que, quase ninguém duvida, não consta do receituário do atual Governo.

O economista Estevão Kopschitz, da Macrométrica — empresa da qual Francisco Lopes era sócio antes de ir para o Banco Central — diz que a estimativa era de que no segundo trimestre ou no terceiro poderia haver uma queda de 15% na produção de bens duráveis em relação ao mesmo período de 97.



— Agora, estamos revendo isso. É provável que o fundo do poço aconteça ainda neste primeiro trimestre ou no início do segundo. Até porque a base de comparação, que é o mesmo período do ano passado, é elevada — diz.

Kopschitz lembra que a crise na Ásia acabou produzindo efeitos mais indesejáveis do que se esperava. Antes da alta dos juros, em fins de outubro, a previsão era de que o país teria condições de crescer 4% este ano. Em 97, pelos dados do IBGE, o crescimento foi de 3,03%. Para enfrentar o furacão asiático, o Governo dobrou os juros e o resultado foi a projeção de uma queda de 0,5% no PIB, diz o diretor da Macrométrica.

O professor Lauro Faria, da Fundação Getúlio Vargas, é con-

tudente: ele acredita que o Governo caiu numa armadilha e precisa inverter a lógica da política econômica atual para espantar o fantasma da recessão.

— O que tem sido feito até agora é uma política fiscal expansionista e uma política de crédito apertado. É preciso inverter isso — diz Lauro Faria, que trabalha com previsões que vão de queda de 0,5% no PIB até crescimento de 1%.

Sector público tem pouca capacidade de investimento

Segundo Faria, a lógica do plano combinou redução de tarifas alfandegárias com valorização cambial. O resultado foi uma encurrada de importações e, conseqüentemente, um maior déficit

no balanço de transações correntes (balança comercial e de serviços). O resultado é que o país chegou ao fim de 97 com um buraco de 4,1% do PIB nas contas externas (algo em torno de US\$ 30 bilhões).

Além da necessidade de estimular as exportações para equilibrar a balança com o exterior, o Governo enfrenta ainda o problema do déficit público. O descontrole das contas, nos últimos meses, tem se agravado. Diante deste cenário, sobram poucas chances de o setor público ser responsável por uma nova onda de crescimento estimulado no Brasil. Até mesmo o propalado efeito das eleições como motor para o crescimento pode ser menor do que se espera, diz Lauro Faria.

— Um Governo que é franco favorito nas eleições não precisa se preocupar tanto em fazer grandes obras e, portanto, não deve gerar crescimento por aí — diz o economista, lembrando que, até por essa razão, deve haver um estímulo aos investimentos das empresas, o que só será possível com juros menores.

Sector de bens de capital impede freio maior na indústria

Se existe um consolo neste cenário de recessão é o de que o setor de bens de capital (máquinas e equipamentos) tem sido o salvador da pátria da indústria, impedindo uma queda maior na produção. Silvio Salles, chefe do Departamento de Indústria do IBGE lembra que, no início do Real, os

bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos) eram responsáveis pela expansão da indústria. Desde meados do ano passado, a situação se inverteu e os bens de capital vêm registrando crescimento. Em janeiro, por exemplo, enquanto a indústria como um todo teve queda de 3,5% em relação ao mesmo mês de 1997, o setor de bens de capital (máquinas e equipamentos, material para transportes e comunicações) teve alta de 10,3%, diz Silvio Salles. A vantagem disso é que, quando o país tiver condições de crescer, terá máquinas e equipamentos e capacidade ociosa na indústria para isso. Ou seja, os motores das fábricas poderão ser acionados rapidamente, sem causar inflação. ■



Aleluia.

Até que enfim alguém pensou nisso. Venha voando você também.

Roma/Milão **US\$ 899** Europa **US\$ 1.083**

Lugares limitados. Promoções especiais.*

* Fly & Drive: 6 dias de carro grátis, ou Intermzzo: uma noite de hotel grátis em Roma.

Parcelamento em 6x no cartão de crédito. Promoções não cumulativas e válidas por tempo limitado. Consulte seu Agente de Viagens ou ligue: (011) 3024-1234

Alitalia
A mais brasileira das estrangeiras.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A ANATEL colocou em consulta pública, para comentários e sugestões, minutas de Contratos de Concessão para Prestação, no Regime Público, do Serviço Telefônico Fixo Comutado, a serem celebradas com as atuais empresas prestadoras desse serviço, nos termos da Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472, de 16 de julho de 1997).

O contrato de concessão é o instrumento legal que define os direitos e deveres dos vários agentes envolvidos na prestação do serviço — os usuários, a concessionária e o poder concedente. Considerando a extrema importância do contrato para assegurar o desenvolvimento do serviço em todo o território brasileiro nos próximos anos, a ANATEL convivia a sociedade a apresentar sugestões visando ao seu aprimoramento. Todas as contribuições deverão ser enviadas ao endereço e no prazo da Agência.

As minutas podem ser obtidas na Biblioteca via ANATEL, em sua sede, ou no endereço eletrônico: <http://www.anatel.gov.br>.

Como parte do processo de consulta, a ANATEL realizará audiência pública no dia 24 próximo, a partir das 9 horas, em seu auditório principal, localizado no Salão de Autarquias Sul, Quadra 6, Bloco C, oportunidade em que as minutas de contrato serão explicadas e discutidas. A audiência é aberta a todos os interessados, que deverão apenas se identificar à entrada, a partir das 8 horas.

As contribuições escritas poderão ser enviadas por carta, fax ou pelo Internet, até às 17 horas de 13 de abril.

E-mail: biblioteca@anatel.gov.br
Fax: (061) 312-2201

Sugestões por carta: SAS - Quadra 6 - Bloco H

